

A Divisão de Assistência ao Plenário



16 NOV. 2016

Washington Rocha de Aquino
Secretário Legislativo

ESTADO DA PARAÍBA

VETO PARCIAL

Este documento foi publicado no D O E

Nesta Data, 11/11/2016

Vera Lucia da
Assessoria Executiva de Registro de Atos
Legislação da Casa Civil do Governador

AO EXPEDIENTE DO DIA
17 de 11 de 16
PRESIDENTE

Nº 120



Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Paraíba,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 65 da Constituição Estadual, por considerar inconstitucional, decidi vetar os §§ 2º e 3º do art. 4º do Projeto de Lei nº 405/2015, de autoria da Deputada Camila Toscano, que “Concede aos Profissionais de Educação Física que prestam serviços como Personal Trainer particulares, acesso livre às academias de ginástica, clubes, hotéis e similares, e dá outras providências.”.

RAZÕES DO VETO

A inconstitucionalidade está contida no § 2º do art. 4º, que diz o seguinte:

“Art. 4º (...)

(...)

§ 2º A multa deverá ser paga ao mesmo órgão municipal supracitado dentro do prazo descrito no *caput*.”

O veto objetiva dar uma consistência sistêmica ao PL nº 405/2015. Sem o veto, o intérprete da lei vai ter a compreensão de que a fiscalização ficará a cargo do Procon municipal, pois ao se conjugar a redação dos §§ 1º e 2º do art. 4º essa será a conclusão lógica.

Art. 4º A inobservância das normas aqui estabelecidas acarretarão à academia uma multa (...).



ESTADO DA PARAÍBA



§ 1º Para fins do constante no caput deste artigo, a denúncia poderá ser feita, de forma anônima, por todo aquele que se sentir prejudicado, devendo **ser recebida e averiguada pelo Procon.**

§ 2º A **multa deverá ser paga ao mesmo órgão municipal supracitado** dentro do prazo descrito no caput.

§ 3º Os recursos obtidos pelas multas disciplinadas por esta Lei deverão ser destinados à construção de **Academias Populares nos respectivos municípios.**

Sendo assim, o Estado estaria criando uma obrigação para um órgão municipal. Isso é inconstitucional, por contrariar a autonomia dos entes federados. O federalismo, forma de Estado adotada no Brasil, possui como característica a autonomia das unidades federadas.

Portanto, lei estadual não pode ter a pretensão de interferir na autonomia administrativa dos municípios.

O interesse público também recomenda vetar o § 3º do art. 4º. Esse dispositivo vincula a aplicação dos recursos de eventuais multas “à construção de academias populares nos respectivos municípios”. Imaginemos o caso de multas aplicadas pelo Procon Estadual, a aplicação desse dispositivo será inexecutável. Vejamos: o que são academias populares? É um programa de qual ente federado? A quem caberá a gestão dessas academias? Assim sendo, principalmente no caso de multas aplicada pelo Procon Estadual, o mais razoável é que tais recursos estejam liberados para serem aplicados em qualquer programa de interesse do consumidor.



ESTADO DA PARAÍBA



Vale salientar também que nem todos os municípios do Estado possuem órgãos de defesa do consumidor.

Esse veto parcial em nada vai afetar a essência do PL nº 405/2015.

São essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar parcialmente o Projeto de Lei nº 405/2015, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros da Assembleia Legislativa.

João Pessoa, 10 de novembro de 2016.

RICARDO VIEIRA COUTINHO
Governador



LEI Nº 10.774

ESTADO DA PARAÍBA
DE 10 DE NOVEMBRO DE 2016.

AUTORIA: DEPUTADA CAMILA TOSCANO

LEI foi publicada no DOE, Nesta Data
11 / 11 / 2016
Vera Lucia Jor
Presidência Eleitoral do Centro de Ações
Associação da Classe Civil e Governador



Concede aos Profissionais de Educação Física que prestam serviços como Personal Trainer particulares, acesso livre às academias de ginástica, clubes, hotéis e similares, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os usuários de academias de ginástica, devidamente matriculados, podem ingressar nesses estabelecimentos acompanhados por profissionais particulares de educação física, devidamente registrados no Conselho Regional de Educação Física, portando a cédula de identidade profissional.

§ 1º Os profissionais de educação física, de que trata esta Lei, terão livre acesso às academias para orientar e coordenar as atividades de seus clientes.

§ 2º As academias de ginástica não poderão cobrar custos extras dos alunos nem dos profissionais de educação física para o desenvolvimento das atividades previstas no parágrafo anterior.

Art. 2º As academias de ginásticas deverão afixar em local visível, informativo que informe e assegure ao usuário o direito de ser acompanhado por profissional de educação física particular, de sua escolha, sem custos extras.

Parágrafo único. Os estabelecimentos de que trata o *caput* que vedarem o ingresso, em suas dependências, de professores particulares de educação física (personal trainer) integrantes ou não do quadro de empregados da instituição deverão fazer tal proibição constar claramente do contrato de prestação de serviços firmado entre empresa e aluno.



ESTADO DA PARAÍBA

Art. 3º A academia não poderá ser responsabilizada pelos atos dos profissionais de educação física particulares, sendo responsabilidade subjetiva qualquer ato cometido por este na prestação dos seus serviços.

Art. 4º A inobservância das normas aqui estabelecidas acarretarão à academia uma multa no importe do valor da mensalidade na data da infração, na primeira oportunidade, em caso de reincidência, a multa a ser aplicada deverá ser de três vezes o valor da mensalidade na data da infração.

§ 1º Para fins do constante no *caput* deste artigo, a denúncia poderá ser feita, de forma anônima, por todo aquele que se sentir prejudicado, devendo ser recebida e averiguada pelo Procon.

§ 2º (VETADO).

§ 3º (VETADO).

§ 4º As entidades representativas de classe poderão formalizar as denúncias descritas no *caput*, auxiliando o ente público na investigação.

Art. 5º Para fins do disposto nesta Lei, as academias e demais estabelecimentos afins, deverão manter um cadastro com dados pessoais e profissionais do Personal Trainer particular.

§ 1º O registro do cadastro nos estabelecimentos constantes nesta Lei observará a conduta ética e profissional dos inscritos para fins de justificativa em face de eventual recusa da prestação de serviços.

§ 2º O Personal Trainer particular deverá obedecer o regulamento interno dos estabelecimentos constantes nesta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA
PARAÍBA**, em João Pessoa, 10 de novembro de 2016; 128º da
Proclamação da República.


RICARDO VIEIRA COUTINHO
Governador



SECRETARIA LEGISLATIVA
DACPL - Departamento de Acompanhamento e Controle
do Processo Legislativo
Divisão de Assessoria ao Plenário
Divisão de Pesquisa e Estudos Legislativos



CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Propositura: VETO PARCIAL nº 120/2016

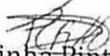
AO PROJETO DE LEI nº 405/2015.

Autoria: Governador do Estado.

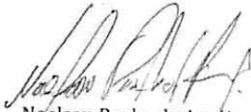
Ementa: VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 405/2015, DE AUTORIA DA DEPUTADA CAMILA TOSCANO, QUE "CONCEDE AOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA QUE PRESTAM SERVIÇOS COMO PERSONAL TRAINER PARTICULARES, ACESSO LIVRE ÀS ACADEMIAS DE GINÁSTICA, CLUBES, HOTÉIS E SIMILARES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

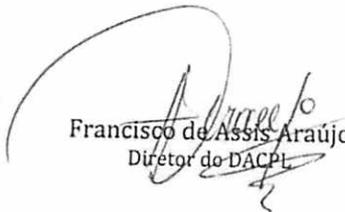
Constata-se para os devidos fins, em atenção ao que dispõe o art. 139, § 1º, do Regimento Interno, que a presente proposição foi publicada no Diário do Poder Legislativo nº 7.269, página 04, na data de 18 de novembro de 2016.

João Pessoa, 18 de novembro de 2016.


Terezinha Pinto da Costa
Assistente Legislativo

De acordo,


Noelson Rocha de Araújo
Diretor da Divisão de Pesquisa e Estudos Legislativos


Francisco de Assis Araújo
Diretor do DACPL



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Comissão de Constituição, Justiça e Redação



VETO Nº 120/2016.

Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 405/2015, de autoria da Deputada Camila Toscano, o qual "Concede aos profissionais de Educação Física que prestam serviços como Personal Trainer particulares, acesso livre às academias de ginástica, clubes, hotéis e similares, e dá outras providências". **Exara-se parecer pela MANUTENÇÃO do Veto Parcial.**

AUTOR: Governo do Estado da Paraíba

RELATOR: Dep. JANDUHY CARNEIRO

PARECER Nº 1073/2016

I – RELATÓRIO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação recebe para análise e parecer o **Veto Parcial de Nº 120/2016 do Governo do Estado da Paraíba** ao **Projeto de Lei nº 405/2015**, que "Concede aos profissionais de Educação Física que prestam serviços como Personal Trainer particulares, acesso livre às academias de ginástica, clubes, hotéis e similares, e dá outras providências".

O Governador do Estado **vetou os parágrafos 2º e 3º do artigo 4º do Projeto de Lei nº 405/2015**, considerando os dispositivos **inconstitucionais**, pois alega que contrariam a autonomia dos entes federados ao interferir na autonomia administrativa dos municípios.

A matéria legislativa em epígrafe constou no expediente do dia 17 de novembro de 2016.

Instrução processual em termos.

Tramitação na forma regimental.

É o relatório.



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Comissão de Constituição, Justiça e Redação



II – VOTO DO RELATOR

O veto parcial do Executivo ao projeto de lei nº 405/2015 fundamenta-se, segundo o Governador do Estado, principalmente em razão de **inconstitucionalidade**. Ao encaminhar as razões argumenta, em síntese, que o projeto é inconstitucional por ferir a divisão de competências dos entes federados.

O Governador adota o entendimento de que **os §§ 2º e 3º do artigo 4º do Projeto de Lei nº 405/2015 são inconstitucionais**. Vejamos trecho do veto em que o Governo do Estado deixa claro o seu posicionamento:

"(...)

A inconstitucionalidade está contida no § 2º do art. 4º, que diz o seguinte:

"Art. 4º(...)

(...)

§ 2º A multa deverá ser paga ao mesmo órgão municipal supracitado dentro do prazo descrito no caput."

O veto objetiva dar uma consistência sistêmica ao PL nº 405/2015. Sem o veto, o intérprete da lei vai ter a compreensão de que a fiscalização ficará a cargo do Procon municipal, pois ao se conjugar a redação dos §§ 1º e 2º do art. 4º essa será a conclusão lógica.

Art. 4º A inobservância das normas aqui estabelecidas acarretarão à academia uma multa (...).

§ 1º Para fins do constante no caput deste artigo, a denúncia poderá ser feita, de forma anônima, por todo aquele que se sentir prejudicado, devendo **ser recebida e averiguada pelo Procon**.

§ 2º A **multa deverá ser paga ao mesmo órgão municipal supracitado** dentro do prazo descrito no caput.

§ 3º Os recursos obtidos pelas multas disciplinadas por esta Lei deverão ser destinados à construção de **Academias Populares nos respectivos municípios**.

Sendo assim, o Estado estaria criando uma obrigação para um órgão municipal. Isso é inconstitucional, por contrariar a autonomia dos entes federados. O federalismo, forma de Estado adotada no Brasil, possui como característica a autonomia das unidades federadas.



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Comissão de Constituição, Justiça e Redação



Portanto, lei estadual não pode ter a pretensão de interferir na autonomia administrativa dos municípios.

O interesse público também recomenda vetar o § 3º do art. 4º. Esse dispositivo vincula a aplicação dos recursos de eventuais multas "à construção de academias populares nos respectivos municípios". Imaginemos o caso de multas aplicadas pelo Procon Estadual, a aplicação desse dispositivo será inexecutável. Vejamos: o que são academias populares? É um programa de qual ente federado? A que caberá a gestão dessas academias? Assim sendo, principalmente no caso de multas aplicadas pelo Procon Estadual, o mais razoável é que tais recursos estejam liberados para serem aplicados em qualquer programa de interesse do consumidor.

Vale salientar também que nem todos os municípios do Estado possuem órgãos de defesa do consumidor.

Esse veto parcial em nada vai afetar a essência do PL nº 405/2015.

(...)"

Entendemos que, com relação aos aspectos que devem ser analisados por esta Comissão, apresenta razão o Governador do Estado, na justificativa do veto, pela **inconstitucionalidade parcial do Projeto de Lei nº 450/215, em especial os §§ 2º e 3º do artigo 4º.**

De fato, os dispositivos citados, em sua essência, acabam por ferir a divisão de competências prevista na Constituição Federal. No caso em análise, trata-se de matéria de interesse local. Portanto, ocorre afronta ao **art. 30, inciso I, da Constituição Federal, que determina competência aos municípios para legislar sobre assuntos de interesse local.**

O princípio que norteia a divisão de competências na Constituição é, segundo a doutrina majoritária, o princípio da preponderância de interesses. Em regra, compete à União legislar sobre matérias em que predomina o interesse nacional, aos Estados matérias em que predomina interesse regional e aos municípios matérias de interesse local.

Destaca-se aqui que o princípio norteador é o da preponderância e não o da exclusividade, uma vez que tudo aquilo



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Comissão de Constituição, Justiça e Redação



que interessa a um ente federado acaba por repercutir em outro, ou seja, estamos diante de conceito jurídico indeterminado. A subjetividade do princípio o torna impreciso, o que traz, conseqüentemente, a conflitos de competência entre os entes, que devem ser solucionados, em última instância, pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Como visto, é inegável a existência de conflitos de interpretação como os inerentes à indefinição do conceito de "interesse local" por parte da doutrina. **Celso Ribeiro Bastos**, por sua vez, assim define interesse local: "*Os interesses locais dos Municípios são os que entendem imediatamente com as suas necessidades imediatas e, indiretamente, em maior ou menor repercussão, com as necessidades gerais*". **Alexandre de Moraes** esclarece o referido conceito da seguinte forma: "*Apesar de difícil conceituação, interesse local refere-se àqueles interesses que disserem respeito mais diretamente às necessidades imediatas dos municípios, mesmo que acabem gerando reflexos no interesse regional (Estados) ou geral (União), pois, como afirmado por Fernanda Dias Menezes, é inegável que mesmo atividade e serviços tradicionalmente desempenhados pelos municípios, como transporte coletivo, polícia das edificações, fiscalização das condições de higiene de restaurante e similares, coleta de lixo, ordenação do uso do solo urbano, etc., dizem secundariamente com o interesse estadual e nacional*".

Porém, há algumas situações, que abrangem alguns parágrafos do artigo 4º, em que já restou pacificado pelo STF que tratam de matérias de interesse local, portanto de competência municipal. Vejamos julgados do STF sobre questões que versam sobre interesse local:

"Direito constitucional e ambiental. Planejamento urbano. Meio ambiente e paisagem urbana. Publicidade e propaganda externa. Poluição visual. Interpretação da Lei municipal paulista 14.223/2006. Competência municipal para legislar sobre assuntos de interesse local. (...) O acórdão recorrido assentou que a Lei municipal 14.223/2006 – denominada Lei Cidade Limpa – trata de assuntos de interesse local, entre os quais, a ordenação dos elementos que compõem a paisagem urbana, com vistas a



**ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**

Comissão de Constituição, Justiça e Redação



evitar a poluição visual e bem cuidar do meio ambiente e do patrimônio da cidade." (AI 799.690-AgR, rel. min. Rosa Weber, julgamento em 10-12-2013, Primeira Turma, DJE de 3-2-2014.)

"Os Municípios são competentes para legislar sobre questões que respeitem a edificações ou construções realizadas no seu território, assim como sobre assuntos relacionados à exigência de equipamentos de segurança, em imóveis destinados a atendimento ao público." (AI 491.420-AgR, Rel. Min. Cezar Peluso, julgamento em 21-2 2006, Primeira Turma, DJ de 24-3-2006.) No mesmo sentido: RE 795.804-AgR, rel. min. Gilmar Mendes, julgamento em 29-4-2014, Segunda Turma, DJE de 16-5-2014.

"Competência do Município para proibir o estacionamento de veículos sobre calçadas, meios-fios, passeios, canteiros e áreas ajardinadas, impondo multas aos infratores. Lei 10.328/1987, do Município de São Paulo, SP. Exercício de competência própria – CF/1967, art. 15, II, CF/1988, art. 30, I – que reflete exercício do poder de polícia do Município." (RE 191.363-AgR, Rel. Min. Carlos Velloso, julgamento em 3-11-1998, Segunda Turma, DJ de 11-12-1998.)

"Não vislumbro, no texto da Carta Política, a existência de obstáculo constitucional que possa inibir o exercício, pelo Município, da típica atribuição institucional que lhe pertence, fundada em título jurídico específico (CF, art. 30, I), para legislar, por autoridade própria, sobre a extensão da gratuidade do transporte público coletivo urbano às pessoas compreendidas na faixa etária entre sessenta e sessenta e cinco anos. Na realidade, o Município, ao assim legislar, apoia-se em competência material – que lhe reservou a própria CR – cuja prática autoriza essa mesma pessoa política a dispor, em sede legal, sobre tema que reflete assunto de interesse eminentemente local. Cabe assinalar, neste ponto, que a autonomia municipal erige-se à condição de princípio estruturante da organização institucional do Estado brasileiro, qualificando-se como prerrogativa política, que, outorgada ao Município pela própria CR, somente por esta pode ser validamente limitada." (RE 702.848, rel. min. Celso de Mello,



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Comissão de Constituição, Justiça e Redação



decisão monocrática, julgamento em 29-4-2013, DJE de 14-5-2013.) No mesmo sentido: RE 589.918-AgR, rel. min. Cármen Lúcia, julgamento em 3-6-2014, Segunda Turma, DJE de 13-6-2014.

Por tudo isso, verifica-se que o Poder Executivo apresenta razão na justificativa do veto em análise, pois afronta ao disposto no **artigo 30, I da Constituição da República**.

III – CONCLUSÃO

Diante de tais considerações, esta relatoria, depois de retido exame da matéria, **vota pela manutenção do Veto Parcial nº 120/2016**.
É como voto.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2016.


DEP. JANDUHY CARNEIRO
RELATOR



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Comissão de Constituição, Justiça e Redação



IV - PARECER DA COMISSÃO

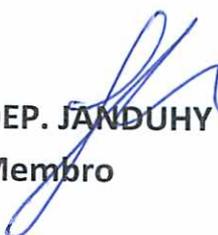
A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, adota e recomenda o parecer do Senhor Relator, pela **manutenção do Veto Parcial nº 120/2016**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2016.


DEP. ESTELA BEZERRA
Presidente

Apreciado pela Comissão
No dia 23/11/16


DEP. JANDUHY CARNEIRO
Membro


DEP. CAMILA TOSCANO
Membro


DEP. HERVÁZIO BEZERRA
Membro


DEP. BRANCO MENDES
Membro

DEP. JEOVÁ CAMPOS
Membro


DEP. GERVÁSIO MAIA
Membro



SECRETARIA LEGISLATIVA

DACPL - Departamento de Acompanhamento e Controle do
Processo Legislativo

Divisão de Assessoria ao Plenário

Diretoria de Divisão de Pesquisa e Estudos Legislativos



CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Propositura: Veto Nº 120/2016

Parecer Nº: 1.073/2016 – Parecer pela Manutenção do Veto.

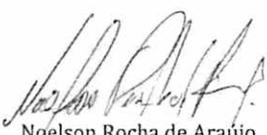
Autor: **Dep. Governador do Estado**

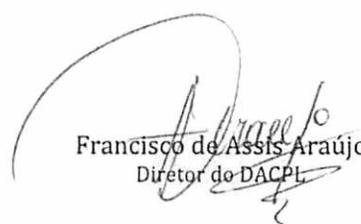
Relator: **Dep. Janduhy Carneiro**

Constata-se para os devidos fins, em atenção ao que dispõe o art. 139, § 1º, do Regimento Interno, que o **parecer nº 1.073/2016 da Comissão de Constituição Justiça e Redação**, referente à proposição em epígrafe foi publicada no Diário do Poder Legislativo nº 7.275 , página 03 na data de 28 de novembro de 2016.

João Pessoa, 28 de novembro de 2016.


Joyce Karla de Araújo Carvalho
Assistente Legislativo


Noelson Rocha de Araújo
Diretor da Divisão de Pesquisa e Estudos Legislativos


Francisco de Assis Araújo
Diretor do DACPL



SECRETARIA LEGISLATIVA

**DACPL - Departamento de Acompanhamento e Controle
do Processo Legislativo**

Divisão de Assessoria ao Plenário

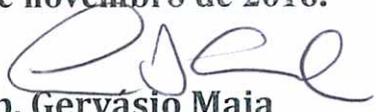


**CERTIDÃO DE TRAMITAÇÃO DO PROCESSO LEGISLATIVO
PLENÁRIO JOSÉ MARIZ**

**VETO PARCIAL Nº 120/2016 - DO GOVERNADOR DO
ESTADO**

Ementa: Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 405/2015, de autoria da Deputada Camila Toscano, o qual "Concede aos Profissionais de Educação Física que prestam serviços como PersonalTrainer particulares, acesso livre às academias de ginástica, clubes, hotéis e similares, e dá outras providências".

**Certifico, que o Veto Parcial foi MANTIDO por
unanimidade dos Deputados presentes, na sessão da
Ordem do Dia de 29 de novembro de 2016.**


**Dep. Gervásio Maia
1º SECRETÁRIO**